

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 4372, de 2020)

Suprima-se, do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, a alínea “f” do inciso I do § 3º do art. 7º, remunerando-se os dispositivos subsequentes.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 213, determina expressamente a aplicação de recursos públicos em escolas públicas. Excepcionalmente, admite a alocação de recursos públicos em escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sob condições determinadas, entre as quais se inclui a indisponibilidade de oferta de vagas públicas. Além disso, no mesmo dispositivo que contempla tal exceção, a Carta Magna insta o Poder Público a atuar prioritariamente na expansão de sua rede na localidade em que for constatada eventual insuficiência de vagas.

Com efeito, ao permitir o repasse de recursos do Novo Fundeb para financiar vagas de ensino fundamental e médio em escolas das mencionadas categorias administrativas, a inovação inserida no Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, configura visível afronta ao mandamento constitucional da aplicação de recursos públicos em escolas públicas, dando margem para o completo desvirtuamento das disposições constitucionais pertinentes.

Ademais, conforme as indicações e tendências extraídas das últimas edições do Censo Escolar da Educação Básica, o setor público já dispõe de oferta de vagas em quantitativo suficiente para cobrir a demanda de todos que buscam tais oportunidades. Se a universalização efetiva na educação básica ainda não se concretizou não foi, seguramente, pela ausência do Estado em si.

A esse respeito, embora não sejam desprezíveis as limitações da escola pública e sua incapacidade de se mostrar atrativa e compensadora a determinados segmentos de seu público potencial, é certo que a demanda por vagas e a frequência à escola também é afetada por razões que estão intrinsecamente associadas às condições de vida de nossa população, como a pobreza, que suscita outras emergências e a impossibilidade de vislumbrar saídas por meio da educação.



Por essas razões, resta claro que o entendimento adotado na proposta aprovada na Câmara dos Deputados não se coaduna nem com o espírito do Fundeb e nem com o escopo de valorização da educação pública que orienta a Constituição vigente. Decerto, não será com a canalização de recursos públicos para a iniciativa privada que o País avançará na qualificação da educação básica pública e no alcance da juventude que hoje se encontra alijada do processo educacional. Ao contrário, se essa drenagem de recursos públicos se efetivar, poderá ocorrer maior degradação e indigência do ensino público e, é de se pasmar, exatamente na melhor oportunidade de a educação básica pública se alinhar com os interesses gerais e mais urgentes de nosso sofrido e esquecido povo.

Dessa forma, visando a assegurar o caráter inclusivo e qualificador do ensino público presente no Fundeb, contamos com o apoio dos nobres Pares para a supressão dessa disposição do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



SF/20679.77090-51